



# **SENADO FEDERAL**

## **PARECER (SF) Nº 56, DE 2017**

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o processo Projeto de Lei da Câmara nº74, de 2016, que Denomina Elevado Casemiro Vitório Colombo o elevado da rodovia BR-282, com acesso pela Avenida Rio Ponte Grande, no Município de Lages, no Estado de Santa Catarina.

**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia

**RELATOR:** Senador Wellington Fagundes

31 de Outubro de 2017



**PARECER Nº , DE 2017**

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 74, de 2016 (Projeto de Lei nº 7.629, de 2014, na Casa de origem), de autoria do Deputado Jorginho Mello, que *denomina Elevado Casemiro Vitório Colombo o elevado da rodovia BR-282, com acesso pela Avenida Rio Ponte Grande, no Município de Lages, no Estado de Santa Catarina.*

Relator: Senador **WELLINGTON FAGUNDES**

**I – RELATÓRIO**

Vem à análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 74, de 2016 (Projeto de Lei nº 7.629, de 2014, na Casa de origem), de autoria do Deputado Jorginho Mello, que *denomina Elevado Casemiro Vitório Colombo o elevado da rodovia BR-282, com acesso pela Avenida Rio Ponte Grande, no Município de Lages, no Estado de Santa Catarina.*

A vigência da lei em que vier a se converter o projeto se inicia na data de sua publicação.

Na justificção, o autor do projeto argumenta que o intuito da proposição é prestar justa homenagem a Casemiro Vitório Colombo, notável cidadão e empreendedor catarinense.

Na Casa de origem, a proposição foi aprovada conclusivamente pelas Comissões de Viação e Transportes (CVT), de Cultura (CCULT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), nos termos do art. 24, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

Nesta Casa, a matéria foi encaminhada, unicamente, a esta Comissão, não lhe tendo sido apresentadas emendas.





## **II – ANÁLISE**

Compete à CE, nos termos do que preceitua o inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a apreciação das matérias que tratem de homenagens cívicas, a exemplo da proposição em debate.

Em razão do caráter exclusivo do exame, incumbe também a este Colegiado analisar a matéria quanto à constitucionalidade, à juridicidade, à regimentalidade e à técnica legislativa.

Relativamente à constitucionalidade do projeto, verifica-se ser concorrente com os Estados e o Distrito Federal a competência da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição Federal (CF).

A Carta Magna ainda determina que a iniciativa do projeto de lei compete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, segundo estabelecido no § 1º do art. 61, nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, à luz dos arts. 49, 51 e 52.

A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

Assim, em todos os aspectos, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa.

O projeto se coaduna com a ordem jurídica, em particular com o que determina a Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que permite a atribuição, mediante lei especial, de designação supletiva àquela de caráter oficial aos terminais, viadutos ou trechos de vias integrantes do Sistema Nacional de Viação. Admite-se, para esse fim, “a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à Humanidade”.

Adicionalmente, verifica-se que o projeto sob análise está em conformidade com a Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, pela qual se proíbe atribuir nome de pessoa viva a bem público pertencente à União.





**SENADO FEDERAL**  
**Gabinete Senador Wellington Fagundes**

Registre-se ainda que, no que concerne à técnica legislativa, o texto do projeto está igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

No que diz respeito ao mérito, a homenagem é justa e oportuna.

Apesar de ter nascido em Nova Prata, município do Rio Grande do Sul, Casemiro Vitório Colombo, pai do governador Raimundo Colombo, tornou-se lageano por opção.

O olhar empreendedor identificou a necessidade de um armazém de secos e molhados na região. Comprou um casarão na região central de Lages e instalou, no térreo, o comércio; no andar de cima, a esposa e os dez filhos. Trabalhou até ver os filhos “encaminhados”, quando passou a dedicar-se à pecuária.

Casemiro Vitório Colombo faleceu em 23 de setembro de 2012, aos 89 anos de idade, vítima de uma parada cardíaca. Será para sempre lembrado como homem justo, calmo e firme em suas decisões.

Entendemos, portanto, como apropriada a homenagem ora proposta a Casemiro Vitório Colombo, atribuindo-se seu nome ao elevado da rodovia BR-282, com acesso pela Avenida Rio Ponte Grande, no Município de Lages, no Estado de Santa Catarina.

### **III – VOTO**

Em razão do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2016.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





**Relatório de Registro de Presença**  
**CE, 31/10/2017 às 11h30 - 44ª, Extraordinária**  
**Comissão de Educação, Cultura e Esporte**

PMDB	
TITULARES	SUPLENTE
ROSE DE FREITAS	1. VALDIR RAUPP <b>PRESENTE</b>
DÁRIO BERGER <b>PRESENTE</b>	2. HÉLIO JOSÉ
MARTA SUPPLY	3. RAIMUNDO LIRA
JOSÉ MARANHÃO	4. SIMONE TEBET
EDISON LOBÃO	5. VAGO
JOÃO ALBERTO SOUZA	6. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
ÂNGELA PORTELA <b>PRESENTE</b>	1. GLEISI HOFFMANN
FÁTIMA BEZERRA	2. HUMBERTO COSTA
LINDBERGH FARIAS	3. JORGE VIANA
PAULO PAIM <b>PRESENTE</b>	4. JOSÉ PIMENTEL
REGINA SOUSA <b>PRESENTE</b>	5. PAULO ROCHA <b>PRESENTE</b>
ACIR GURGACZ <b>PRESENTE</b>	6. VAGO

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTE
ANTONIO ANASTASIA <b>PRESENTE</b>	1. DAVI ALCOLUMBRE
FLEXA RIBEIRO <b>PRESENTE</b>	2. RONALDO CAIADO
ROBERTO ROCHA	3. EDUARDO AMORIM <b>PRESENTE</b>
MARIA DO CARMO ALVES	4. VAGO
JOSÉ AGRIPINO <b>PRESENTE</b>	5. VAGO

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
JOSÉ MEDEIROS	1. SÉRGIO PETECÃO
ROBERTO MUNIZ	2. ANA AMÉLIA <b>PRESENTE</b>
CIRO NOGUEIRA	3. LASIER MARTINS <b>PRESENTE</b>

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTE
CRISTOVAM BUARQUE	1. ANTONIO CARLOS VALADARES
LÚCIA VÂNIA <b>PRESENTE</b>	2. RANDOLFE RODRIGUES
LÍDICE DA MATA <b>PRESENTE</b>	3. ROMÁRIO

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTE
PEDRO CHAVES <b>PRESENTE</b>	1. MAGNO MALTA
WELLINGTON FAGUNDES <b>PRESENTE</b>	2. VICENTINHO ALVES
EDUARDO LOPES	3. TELMÁRIO MOTA

**Não Membros Presentes**



---

## Relatório de Registro de Presença

### **Não Membros Presentes**

ATAÍDES OLIVEIRA

CIDINHO SANTOS

## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PLC 74/2016)**

NA 44ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR WELLINGTON FAGUNDES, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CE, FAVORÁVEL AO PROJETO

31 de Outubro de 2017

Senadora LÚCIA VÂNIA

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte